



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

Unidade Gestora: 040102 - Fundo de Reaparelhamento Judiciário

Em atendimento ao § 2º do Art. 46 da Lei Complementar Nº 081, de 26 de abril de 2012 (LOTCEPA), c/c o inciso II do Art. 160 do Ato Nº 63, de 17 de dezembro de 2012 (RITCEPA), emite-se o presente Relatório da Secretaria de Controle Interno acerca da análise da Prestação de Contas do Exercício 2014, com o objetivo de demonstrar os fatos mais relevantes da gestão dos recursos públicos estaduais da Unidade Gestora: 040102 – Tribunal de Justiça do Pará – Fundo de Reaparelhamento Judiciário.

O presente relatório tem por finalidade emitir parecer sobre as atividades financeira, orçamentária e patrimonial, desenvolvidas no **Exercício de 2014**. Ressalta-se que além do processo físico encaminhado pela Secretaria de Planejamento Coordenação e Finanças (SEPLAN) foram utilizados como instrumentos auxiliares para ratificar os dados constantes do processo as informações obtidas diretamente no Sistema SIAFEM PCASP e da ferramenta Business Objects – sistema adotado pelo Governo do Estado do Pará que tem como finalidade extrair dados e emitir relatórios gerenciais a partir da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do SIAFEM PCASP.

A seguir, analisa-se a execução orçamentária e financeira do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário do exercício 2014:

RECEITA ARRECADADA NO PERÍODO

Os recursos financeiros ingressados são referente às Taxas Judiciárias, Spread gerado na Conta Única (Depósitos Judiciários), Receitas de Serviços Extrajudiciários, dentre outros, no montante de **R\$109.735.460,68** (cento e nove milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos), perfazendo uma média mensal de **R\$ 9.975.950,97** (nove milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), conforme Tabela abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

RECURSOS DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO					
DESCRIÇÃO	1º QUAD	2º QUAD	3º QUAD	2014	%
TX DE FISCALIZAÇÃO	6.656.254,52	7.722.325,52	8.177.305,87	22.555.885,91	20,55
RECEITA PELA VENDA DE SELO	1.824.450,00	1.778.585,00	1.846.590,00	5.449.625,00	4,97
TX EMERGENCIAIS DOS SELOS DE SEGURANÇA	14.090,00	12.280,00	11.780,00	38.150,00	0,03
TX DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	190.516,90	183.264,90	171.235,40	545.017,20	0,50
RECEITA DE SERV. EXTRAJUDICIAIS- CNJ	758.331,51	1.102.992,98	811.058,02	2.672.382,51	2,44
TX JUDICIÁRIAS	1.773.695,84	2.016.655,17	1.967.932,06	5.758.283,07	5,25
CUSTAS JUDICIAIS DO 1º GRAU	9.340.885,38	10.358.739,15	10.264.700,65	29.964.325,18	27,31
CUSTAS JUDICIAIS DO 2º GRAU	492.777,51	547.997,08	490.738,88	1.531.513,47	1,40
CUSTAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS	853.807,65	989.990,05	904.118,74	2.747.916,44	2,50
TOTAL DE CUSTAS JUDICIAIS	10.687.470,54	11.896.726,28	11.659.558,27	34.243.755,09	31,21
REDIMENTOS S/ DÉPOSITOS JUDICIAIS (CONTA ÚNICA)	6.165.467,96	8.600.547,43	8.941.310,68	23.707.326,07	21,60
BB INVESTIMENTOS	1.627.264,06	1.612.073,62	2.495.795,38	5.735.133,06	5,23
OUTRAS RECEITAS	1.398.032,11	1.440.554,66	2.349.435,58	5.188.022,35	4,73
TOTAL DE RENDIMENTOS FINANCEIROS	3.025.296,17	3.052.628,28	4.845.230,96	10.923.155,41	9,95
INSCRIÇÕES (CONCURSO PÚBLICO)	0,00	1.353.162,00	0,00	1.353.162,00	1,23
ALUGUEIS	0,00	1.255,00	-	1.255,00	0,00
RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIOR	336.581,76	50.190,39	12.754,95	399.527,10	0,36
MULTAS	57.934,44	42.812,17	48.883,92	149.630,53	0,14
LEILÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITOS DECORRENTE DA LEI Nº 6.750/2005.	46.288,48	248.226,57	1.549.782,78	1.844.297,83	1,68
ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA - ESM	29.558,27	62.728,38	1.721,31	94.007,96	0,09
TOTAL	31.565.936,39	38.124.380,07	40.045.144,22	109.735.460,68	100,00
MÉDIA MENSAL	7.891.484,10	9.531.095,02	10.011.286,06	9.975.950,97	

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO PERÍODO

Os recursos aplicados foram na ordem de **R\$ 144.014.593,04** (cento e quarenta e quatro milhões, quatorze mil, quinhentos e noventa e três reais e quatro centavos). Destes **72,57%** foram gastos em despesa de custeio e **30,53%** em investimentos e **0,31%** em transferências financeiras concedidas. Os recursos ingressados no mesmo período totalizaram **R\$139.275.165,91** (cento e trinta e nove milhões duzentos e setenta e cinco mil cento e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos), nestes incluído a receita diretamente arrecadada e os sub-repasses recebidos da **UG 040101 "Tesouro"**, conforme demonstrativos anexos. Desta forma, o resultado ficou deficitário na ordem de **R\$ 4.739.427,13** (quatro milhões, setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte sete reais e treze centavos), representando um gasto 3,40% a maior do valor ingressado, conforme Tabela abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

Vale ressaltar que embora o período seja deficitário, este resultado comparado com o exercício anterior foi positivo, visto que no exercício de 2013 o déficit foi na ordem de 14,78%. Segue abaixo quadro demonstrativo da aplicação dos recursos.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO PERÍODO

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO		
DESCRIÇÃO	R\$	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.066.320,72	72,57
INVESTIMENTOS	42.522.789,92	30,53
TRANF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	425.482,40	0,31
TOTAL DE GASTO	144.014.593,04	103,40
DÉFICIT	(4.739.427,13)	3,40
TOTAL	139.275.165,91	100,00

Fonte: SIAFEM (2014) – BO (2014).

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Apesar de ter sido realizada mês a mês, evidenciando os saldos em banco como os em carteira (contabilizados), as pendências encontradas não foram sanadas a contento, conforme se observa nos quadros anexos aos extratos, onde se podem verificar pendências datadas de abril de 2014.

CONCLUSÃO

Conforme disposições contidas na legislação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios e processos de contas da Administração Pública Estadual foram examinados os atos de gestão referentes ao período dos agentes constantes do rol de responsáveis.

Os exames foram efetuados em consonância com as normas e técnicas de auditoria aplicadas ao setor público e contemplaram as seguintes medidas: (i) verificações quanto ao cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às diversas áreas e atividades examinadas; (ii) comprovações quanto à legitimidade dos documentos que deram origem às mencionadas peças e dos atos de gestão praticados; (iii) análises quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; (iv) aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria, com o objetivo de manifestar a opinião sobre as contas aqui tratadas.

Adicionalmente, para conclusão das avaliações da gestão, foram consideradas, também, as atividades de acompanhamento da gestão realizadas pela Secretaria de Controle Interno na forma de controle prévio e concomitante, durante o exercício sob a análise. O resultado apontou para uma gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos, primando pela otimização



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

do gasto público com a finalidade de ampliar a prestação jurisdicional e melhorar os serviços prestados aos cidadãos; e preocupada em fortalecer institucionalmente a atuação das atividades de controle interno.

Assim, fundamentado neste relatório e nos exames levados a efeito, certificamos a **REGULARIDADE** dos atos de gestão dos agentes responsáveis durante o **Exercício 2014**, conforme evidenciado.

É o relatório.

Belém, 29 de janeiro de 2015.

ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA
Analista Judiciária / Contadora – CRCPA 6034

LEILA MÁRCIA SOUSA DE LIMA ELIAS
Secretário de Controle Interno- TJPA